
Encerramento



Francisco Peçanha Martins
Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Senhores, a jornada está encerrando. Tivemos aulas magníficas e que nos revelaram excepcionais professores de Direito Administrativo, e o que é melhor, professores jovens. Tivemos debates em torno do Direito e, sobretudo, em torno das Regulações pelas diversas Agências.

Tive a oportunidade de, julgando um caso, um Mandado de Segurança de uma Distribuidora, e lá se vão alguns anos nisto, e eu dizia – a Turma foi vencida – mas eu dizia que, com a quebra do monopólio, iríamos enfrentar dificuldades, sobretudo, no que diz respeito à falsificação do combustível. E isso se vem observando.

Dizia eu, e disse eu, na primeira vez que falei, que nós já tivemos, no Brasil, vários modelos econômicos, partindo de uma sociedade com uma economia tipicamente agrária, na correria, vínhamos fazendo a indústria.

E fizemos a indústria, com a utilização, a princípio, da colaboração de capitais estrangeiros, também sob o regime de concessão. E as concessões eram, sobretudo, na área da energia e do transporte.

E essas empresas, afinal, tiveram que até de indenizá-las, em discutíveis decisões do Governo.

Mas o que é fato é que a Concessão não é nova, e a concessão, sobretudo, a companhias estrangeiras. Ai, a mais famosa delas, a *Bond & Share*, pelo menos aquela cuja desapropriação se fez a mais ruidosa, porque empreendida no Rio Grande do Sul.

O fato é que, aquele modelo, não servia à industrialização no Brasil e adotamos, então, um novo vindo da Europa, a chamada “conjugação dos capitais na economia mista”.

E com a economia mista, já aí no governo democrático de Getúlio Vargas, tivemos a implantação da PETROBRÁS e em 1961, a ELETROBRÁS e depois outras que nós conhecemos, e, afinal, se revelou, também, por força da economia, das nossas dificuldades e do fenômeno inflacionário.

Em determinado momento, nos vimos a braços com a impossibilidade de prosseguir.

Tivemos o período revolucionário. Nesse período revolucionário, tivemos uma grande capitalização via modificação do processo jurídico das empresas e dos empregados, com a criação do FGTS, e isso possibilitou uma fase de grande progresso.

Mas, também, este progresso, como dizem hoje, alguns, sobretudo os que defendem a política governamental, se fazia sobre pé de barro. E esse pé de barro, afinal, quebrou-se depois de uma série enorme de dívidas assumidas, o que nos levou, de novo, à política - já agora destruído o Muro de Berlim - e já também, por isso mesmo, abandonado o projeto socialista da única presença do Estado, num planejamento global da economia. Enfim, voltamos ao mercado e empresas estrangeiras voltaram ao Brasil, e, de novo, fizemos, aí a privatização, dentro do sistema da globalização.

De lá para cá, vimos enfrentando dificuldades crescentes e em todo momento, a Mídia nos aponta, sobretudo, o abismo.

Eu convivi durante muito tempo, com um grande político brasileiro que nos dizia: “Estamos à beira do abismo”. Hoje já se diz que estamos no próprio abismo. Pelo menos, aí, não temos quedas. E, como dizem alguns, estamos empreendendo a subida.

Mas, é uma subida que privilegia, por exemplo, o exportador. E, no privilegiar o exportador, é evidente que temos, também, problemas internos, porque, na contenção inflacionária, nós temos que conter os meios de pagamento, até para reduzir o consumo, e forjar ou fabricar excedentes exportáveis.

E, isso tudo, sofre o trabalhador, sofre a mão-de-obra, com a compressão de seus vencimentos e salários. E isso traz dificuldades, e vai trazer grandes dificuldades, por exemplo, para o Dr. Abdo porque, aonde for, vai ouvir reclamações de brasileiros que não podem pagar pelo consumo da energia elétrica ou que não podem pagar pela tarifa telefônica, que está alta, enfim, que não podem pagar pelos serviços públicos, porque nada subiu mais neste país do que as tarifas públicas, e o que se verifica, por exemplo, é que chegamos ao absurdo de ver que os Bancos cobram tarifa para usar o nosso dinheiro e ainda ganhar dinheiro.

Chega a ser um absurdo, neste país, de cobrar-se tarifa das contas de Poupança, não por certo a conta de poupança do Professor Arruda, mas a conta do José da Silva, a conta de Maria de Jesus, porque tem pequeno valor. Então, todo mês, R\$ 5,00; As contas às vezes acabam, se encerram só e só pela

cobrança de tarifas. E o Governo continua incentivando a poupança e garantindo, mesmo, a Poupança.

Então, nós estamos, aqui, até praticando políticas contraditórias. Mas, de qualquer maneira, somos uma nação, hoje, que fabrica do parafuso ao avião, e estamos já – dizem até – exportando produtos intelectuais. Vale dizer, que estamos exportando *software*

Enfim, isso já é alentador porque significa que não somos só e só hoje exportadores de soja, em grão. Quem sabe, no futuro, poderemos melhorar essa Balança de Pagamentos com exportações, já não de produtos primários, mas de produtos mais agregados de mão-de-obra.

Nós vivemos sempre da esperança, e, alguns de nós, teimosamente de fé.

O fato é que vimos caminhando e essa caminhada não vai se fazer rápida, porque, nada no Direito se faz ou deve-se fazer de afogadilho.

O Ministro Noronha lembrou e o fez muito bem, que estamos vivenciando um choque administrativo, porque ainda não fomos capazes de distinguir o que seja a administração do dia a dia governamental e a implementação das políticas públicas estatais.

Então, a cada dia se vê, por exemplo, a tentativa de substituição de dirigentes, ameaça-se os dirigentes da ANEEL e das outras Reguladoras, enfim, e isso já não é para bem novo, isso aconteceu, por exemplo, com a Petrobrás, aconteceu com o Conselho Nacional de Petróleo, acontece com o Banco Central da República, enfim.

Um regime em que o poder é exercido pelo povo, é natural, até, que o dirigente eleito, e não me refiro a esse dirigente, mas, os dirigentes eleitos pelo povo, têm a veleidade egoística de mandar, de exercer o poder. E qualquer independência que se revele ao exercício desse poder, incomodam.

Isso porque não fomos capazes ainda de apreender, dentro do sistema presidencial, os grandes progressos que obtiveram as nações parlamentaristas, em que o exercício do poder é feito diretamente pelo povo, pelos seus representantes nas assembléias, e, por isso mesmo, para ele, para a votação e preservar a administração do dia a dia, é regra a da manutenção da sua burocracia.

A Burocracia, senhores, cada um de nós sente a sua necessidade. Não é possível a um povo, ou a qualquer segmento humano, desprezá-la. Cada um de nós, nas nossas casas, tem, sim, um projeto burocrático de vida. Acordamos, procedemos da mesma forma na satisfação das nossas necessidades diárias, atendemos, mesmo, à educação dos filhos. Enfim, há sempre um método, um

processo seguido, que indicam a burocracia familiar, que é a burocracia pública, sem ela não há a possibilidade de nada fazer. E o conceito não é novo. O conceito é antiquíssimo. Desde que o homem começou a se perguntar o porquê das coisas, e, sobretudo, o porquê da sua própria existência.

Sem burocracia, e sem burocracia estável, sem conduta política, burocrática, estável, não há possibilidade de progresso econômico, porque se imagine que a cada momento nós tivermos a ANEEL com o seu quadro dirigente modificado, cada administrador novo que chegue, primeiro quer aprender o que seja a ANEEL. Não haverá nunca a necessária continuidade daquela política burocrática, o que não significa, por exemplo, dizer que a ANEEL e as outras Agências não se devam submeter à política pública de Estado.

E, aliás, o Presidente ressaltou tudo isso muito bem quando referiu a necessidade de participação das Agências no combate à inflação.

Mas, vejamos nós estamos lutando contra esse mal faz anos a fio. E há ainda muitos e muitos que defendem uma inflação maior, como que forma essencial de fazer movimentada as máquinas econômicas. e, a meu ver, isto significa, de novo, um atraso, ou, se adotarmos vai significar retrocesso porque nada se faz o que eu chamo de “pé no chão”.

Nada se faz na economia de uma nação ou na economia doméstica, mesmo, sem equilíbrio. E nada se faz investindo loucamente no só consumo e só consumo não constrói.

Quem sabe, precisamos poupar mais, sim, mas poupar mais para investir, o que não significa desprezar o consumo, até porque estamos hoje, na Era do Consumo, mas não aquele consumo que se faça com a deterioração da moeda.

É que o brasileiro ainda não se deu conta da importância da moeda, como ninho de compra de todos os bens da vida.

E quem quer que, por exemplo, leia a Bíblia, e se surpreenda, por exemplo, com a venda do corpo, vai ver que desde a Antiguidade isso existe.

Mas é forma sim de obtenção da moeda. A moeda, no seu consumo, justifica os vícios, e ainda hoje, no Rio de Janeiro, estamos assistindo que o consumo elevado da cocaína, hoje está nos conduzindo a uma verdadeira guerra e guerra, também, pela ausência da presença do Estado.

Enfim, temos problemas e problemas que iremos, por certo, resolver, e resolver, como eu digo, vivendo o dia após dia, paulatinamente, para que tenhamos, então, com as vivências das nossas agruras do passado, construir, quem sabe, uma sociedade estável e mais feliz para todos.

Quero, por último, agradecer o convite que me fizeram, para voltar à Bahia, e, sobretudo, lhes dizer que aprendi e aprendi muito, não só na área jurídica, como na área técnica. Se não consegui aprender tudo que o Mestre Abdo nos transmitiu, ao menos me resta o consolo de ter votado para sanar aquele problema que o seu Consultor Jurídico tanto bateu, porque ia quebrar a ANEEL.

O fato é que, naquele primeiro caso, era uma indústria que fazia dois ou três anos e não pagava a conta de energia e isso fazia, lastreado numa Jurisprudência bondosa, de que se tratava de um produto essencial. Tudo bem. Mas, é produto essencial e aí entra a defesa eu faço do “gato”, produto essencial *modus in rebus*. O gateiro, aquele homem que efetivamente não pode pagar, mas que consome uma lâmpada, é mais caro colocar o medidor, é mais caro fazer-lo no caso de um contribuinte. E mais ainda, se você considerar que, pelo crime deve conduzi-lo à cadeia, não haverá cadeias neste país que bastem para os gateiros. Só gateiros cariocas. Agora, tem os gateiros da Bahia. Aqui na Bahia, passando na Avenida Paralela, têm acontecido mortes, porque o gateiro, às vezes, ele não tem capacidade técnica e morre eletrocutado. ANEEL precisa cuidar disso, de “gatos técnicos”.

O que é fato é que, pelo que vimos, na parte, por exemplo, da energia, nós estamos, já com as empresas equilibradas, já os apagões diminuiriam. Estamos, graças a Santo Antônio, ao Senhor do Bonfim, com os reservatórios cheios, não vamos ter maiores dificuldades, pelo menos este ano e o outro. E, no que diz respeito à energia, estamos tranquilos, e já com o anúncio de que vamos, a final, deixar de pagar R\$ 30,00 reais de cada conta. Esses R\$ 30,00 eram realmente um absurdo. Mas, o fato de que já tem a promessa de que isso vai ser extinto.

Enfim, a cada dia que passa, as coisas vão melhorando. Essa é a nossa confiança. E, por isso mesmo é que nos continuamos na lida.

A propósito, quero dizer que, a minha decisão, nada tem demais, e se fosse distribuída a quaisquer dos nossos trinta outros colegas, tenho a certeza de que, em todos eles, também encontrariam a resposta adequada.

O que é fato é que foi muito prazeroso estar aqui, e volto a lhes dizer, espero mesmo receber os trabalhos dos Eminentíssimos professores e da ANEEL, todas essas entidades, para nos orientar na faina diária de fazer Justiça neste país.

Quero dizer que dou por encerrada esta sessão, abraçando a todos. Muito obrigado.
